



SOCIEDADE DE CAPITAL DE RISCO-SOCIEDADE UNIPessoal, SA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2020

**RELATÓRIO
DE
AUDITORIA FINANCEIRA**

INDICE

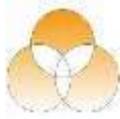
1. Relatório do auditor independente

2. Anexos

2.1. Demonstrações financeiras auditadas

2.2. Relatório de gestão do Conselho de Administração

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Exmos. Acionista e Conselho de Administração da
PRÓ-CAPITAL-Sociedade de Capital de Risco-Sociedade Unipessoal, SA

Opinião

1. Auditámos as demonstrações financeiras da PRÓ-CAPITAL-Sociedade de Capital de Risco-Sociedade Unipessoal, SA ("Sociedade" ou "PRÓ-CAPITAL"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e a demonstração de resultados, demonstração de alterações no capital próprio e demonstração de fluxos de caixa, relativas ao exercício findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras, contendo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

2. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da PRÓ-CAPITAL em 31 de dezembro de 2020, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro e em conformidade com o Aviso nº 2/2007 do Banco de Cabo Verde.

Bases para a Opinião

3. A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras" abaixo, neste relatório. Somos independentes da Sociedade, de acordo com os requisitos éticos que são relevantes para nossa auditoria das demonstrações financeiras, expressos no Código de Ética e Deontologia Profissional da Ordem dos Auditores e Contabilistas Certificados de Cabo Verde e cumprimos nossas outras responsabilidades éticas de acordo com o citado Código de Ética. Consideramos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

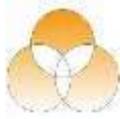
Matérias Relevantes da Auditoria

4. As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do presente exercício. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

5. No caso da presente auditoria, determinamos que não há matérias relevantes de auditoria para comunicar no nosso relatório.

Outras Matérias

6. Conforme referido no relatório de gestão, na sequência do surto pandémico COVID-19, o Conselho de Administração tomou medidas de minimização dos riscos resultantes do desenvolvimento da pandemia e ativou o plano de contingência, sendo que continuará a acompanhar a evolução da situação económica em Cabo Verde e no mundo, bem como a analisar os riscos e impactos financeiros e outros nas suas actividades, considerando que as atuais circunstâncias decorrentes do agravamento da pandemia em termos mundiais ocorrido no início de 2021 não colocam em causa a continuidade das operações.



Outras informações distintas das demonstrações financeiras e respetivo relatório do auditor

7. O Conselho de Administração da PRÓ-CAPITAL é responsável pela elaboração do relatório de gestão da Sociedade, de acordo com o Estatuto e nos termos estabelecidos no Código das Sociedades Comerciais. O relatório de gestão em si não inclui as demonstrações financeiras e o respetivo relatório do auditor.

8. A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não inclui o relatório de gestão e não expressamos qualquer garantia de fiabilidade sobre o mesmo.

9. Em conexão com a nossa auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é de fazer uma leitura do relatório de gestão e, ao fazer isso, analisar se a informação financeira nele contido é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria, ou pareçam conter erros materiais.

10. Se, baseado no trabalho efetuado, concluímos que há erros materiais na informação financeira contida no relatório de gestão, devemos relatar esse facto. Nada temos a relatar a este respeito.

Responsabilidades pelas Demonstrações Financeiras

11. O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriadas destas demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro e em conformidade com o Aviso nº 2/2007 do Banco de Cabo Verde e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

12. Na preparação das demonstrações financeiras o Conselho de Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade das operações e à utilização do pressuposto contabilístico da continuidade, a não ser que o Conselho de Administração tenciona liquidar a Sociedade ou cessar as operações ou não tem alternativa realista senão fazê-lo.

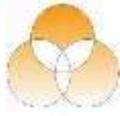
13. Os encarregados pela governação são responsáveis pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Sociedade.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

14. Os nossos objetivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria conduzida de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores, tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

15. Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

15.1. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa



AUDITEC - SOCIEDADE DE AUDITORES CERTIFICADOS, LDA.

Registada na Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados

opinião de auditoria. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.

15.2. Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade.

15.3. Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo Conselho de Administração.

15.4. Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo Conselho de Administração, do pressuposto contabilístico da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Sociedade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório de auditoria. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Sociedade descontinue as suas operações.

15.5. Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

16. Informamos ao Conselho de Administração, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria e as conclusões significativas da auditoria, incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

Praia, 12 de Abril de 2021

AUDITEC – Sociedade de Auditores Certificados, Lda.

Representada por
Dr. João Marcos Alves Mendes
Auditor Certificado-Cédula Profissional nº 4

ANEXOS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AUDITADAS

ANEXO I - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

**PRÓ-CAPITAL SOCIEDADE DE CAPITAL DE RISCO, SOCIEDADE UNIPESSOAL SA
BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

ACTIVO	Notas	2020			2019
		Activo Bruto	Provisões, Imparidade e amortizações	Activo líquido	
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais		30	0	30	30
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3	125 036	0	125 036	40 478
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	4	25 200	0	25 200	21 200
Activos financeiros disponíveis para venda	5	120 000	0	120 000	0
Aplicações em instituições de crédito	6	80 279	0	80 279	50 179
Empréstimo a receber	7	46 544	0	46 544	21 279
Activos não correntes detidos para venda		0	0	0	0
Outros activos tangíveis	8	7 597	-1 761	5 836	0 094
Activos intangíveis	9	1 049	-447	602	303
Investimentos em filiais, associados e empreendimentos conjuntos		0	0	0	0
Activos por impostos correntes		0	0	0	172
Activos por impostos diferidos		0	0	0	0
Outros activos	10	12 200	0	12 200	0
Total do Activo		417 804	-2 218	415 727	140 724
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO					
Recursos de outras instituições de crédito	11			3 303	-4 567
Recursos de clientes e outros empréstimos				0	0
Passivos Subordinados				0	0
Provisões				0	0
Passivos por impostos correntes	12			106	0
Passivos por impostos diferidos				0	0
Outros passivos	13			3 249	3 180
Total do Passivo				6 737	-7 747
Capital	14			331 634	140 824
Prémios de emissão				0	0
Reservas de reavaliação				0	0
Outras reservas				0	0
resultados transferidos	15			-15 847	0
Outros instrumentos de capital	6			120 000	0
Resultados transferidos ajustamentos				0	0
Resultado do exercício	16			-26 798	-16 847
Total do Capital próprio				408 989	132 977
Total do Passivo e do Capital Próprio				415 727	140 724

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

O Conselho de Administração

Presidente

Administrador

Administrador

O Técnico Oficial Contas

Maria Idalsisa Martins



PRÓ-CAPITAL SOCIEDADE DE CAPITAL DE RISCO, SOCIEDADE UNIPESSOAL SA

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDES

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	Notas	2020	2019
Juros e rendimentos similares	17	2 758	209
Juros e Rendimentos Créditos		1 156	30
Juros dos Títulos de dívida		280	-
Juros Titulos dos outros residentes		876	30
Juros das Aplicações		1 602	179
Juros e encargos similares	17	233	124
Juros Recurso IC's		233	124
MARGEM FINANCEIRA		2 525	85
Rendimentos de instrumentos de capital		-	-
Rendimentos de serviços e comissões		-	-
Encargos com serviços e comissões	18	29	34
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda		-	-
Resultados de alienação de outros activos		-	-
Outros resultados de exploração	19	(230)	110
Outros Proventos de Exploração		552	120
Outros Custos de Exploração		782	10
MARGEM COMPLEMENTAR		(259)	76
PRODUTO BANCÁRIO		2 266	160
Custos com pessoal	20	20 108	11 378
Gastos gerais administrativos	21	7 108	4 110
Amortizações do exercício	8 e 9	1 696	511
CUSTO DE ESTRUTURA		28 913	16 007
Provisões líquidas de reposições e anulações		-	-
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		(26 647)	(15 847)
Títulos Mercados Secundários/Dividendos			
Imposto Corrente Tributação Autónoma	22	106	-
Correcções de impostos	22	46	-
Diferidos		-	-
RESULTADO APÓS IMPOSTOS		(26 798)	(15 847)

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

O Conselho de Administração

Presidente

Administrador

Administrador

O Técnico Oficial Contas

Maria Idalsisa Martins



PRÓ-CAPITAL SOCIEDADE DE CAPITAL DE RISCO, SOCIEDADE UNIPESSOAL SA
 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	Outros					Resultado do exercício	Total
	Capital	Reserva Legal	Instrumentos de capital	Resultados transferidos	Total		
Rendimento integral do exercício de 2019	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	148 824	-	-	-	148 824	(15 847)	132 977
Aplicação do resultado do exercício de 2019	-	-	-	-	-	-	-
Resultado negativo Transferidas	-	-	-	(15 847)	-	-	-
Ações ordinárias	182 911	-	-	-	182 911	-	182 911
Outros Instrumentos de Capital	-	-	120 000	-	120 000	-	120 000
Rendimento integral do exercício de 2020	-	-	-	-	-	(26 798)	(26 798)
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	331 634	-	120 000	(15 847)	435 787	(42 645)	406 989

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

O Conselho de Administração

Presidente

Administrador

Administrador

O Técnico Oficial Contas

Maria Idalsisa Martins



PRÓ-CAPITAL SOCIEDADE DE CAPITAL DE RISCO, SOCIEDADE UNIPESSOAL SA
 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA 2020

	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimento de juros e comissões	2 758	209
Pagamento de juros e comissões	(263)	(134)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(27 217)	(15 496)
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à atividade operacional	(230)	110
Pagamentos de impostos sobre o rendimento	(46)	-
Resultados operacionais antes das alterações nos ativos operacionais	(24 997)	(15 311)
(Aumentos) diminuições nos ativos operacionais:		
Ativos financeiros detidos para negociação e disponíveis para a venda	(120 000)	
Aplicações em instituições de crédito	(30 100)	(50 209)
Empréstimos e contas a receber	(25 265)	(21 249)
Outros ativos	(12 028)	(172)
	(187 392)	(71 630)
Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:		
Recursos de instituições de crédito	(1 184)	4 567
Outros passivos	69	3 227
	(1 115)	7 794
Caixa líquida das atividades operacionais	(188 508)	(79 147)
Fluxos de caixa de atividades de investimento		
(Aumentos) diminuições nos ativos de investimento:		
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	(4 000)	(21 200)
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Outros ativos tangíveis/intangíveis	(748)	(7 969)
Dividendos recebidos		-
Caixa líquida das atividades de investimento	(4 748)	(29 169)
Fluxos de caixa de atividades de investimento		
Realização de capital	182 811	148 824
Outros instrumentos de capital	120 000	
Caixa líquida das atividades de investimento	302 811	148 824
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	84 558	40 508
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	40 508	-
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	125 066	40 508

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.



O Conselho de Administração

Presidente

Administrador

Administrador

O Técnico Oficial Contas

Maria Idalsisa Martins



Handwritten signatures and a circular stamp of PRG CAPITAL. The stamp contains the text "Sociedade de Capital Aberto" and "PRG CAPITAL". The signature "Janipus" is written below the stamp.

I. NOTA INTRODUTÓRIA

A Pró-Capital - Sociedade de Capital de Risco, Sociedade Unipessoal, S.A. foi constituída em 30 junho de 2017 pelo Decreto-Lei nº 28/2017 e Aviso do BCV nº4/2018 publicado no BO II Série número 32 de 18 de maio.

A Pró - Capital é uma empresa pública, sob a forma de sociedade anónima, com Capital Social de 551.000.000\$00 realizado pelo Estado. A sociedade rege-se pelas normas legais e regulamentares aplicáveis às sociedades de capital de risco e pela lei que estabelece os princípios e regras aplicáveis ao Sector Empresarial e as bases gerais do estatuto das empresas públicas.

A Sociedade tem por objeto participar no capital social de empresas viáveis, mas em situação financeira difícil, com o propósito de sua recuperação através da participação temporária no respetivo capital social. Adicionalmente, prestar assistência na gestão financeira, técnica, administrativa e comercial às sociedades em cujo capital participe. Investe por períodos de tempo limitados (máximo de 12 anos) e de forma minoritária, não ultrapassando os 49% do capital. As ações são obrigatoriamente colocadas no mercado e alienadas no momento de saída da Pró – Capital caso os acionistas da empresa participada não revelem interesse em adquirir as ações detidas.

Tem como Missão, afirmar-se como uma instituição nacional, sólida, norteada pelo rigor e transparência e reconhecida pelo seu papel na criação e desenvolvimento de empresas, mediante o suprimento de capital e a assistência técnica e financeira na profissionalização da gestão do negócio.

E como Visão impor-se como instituição de promoção do capital de risco em Cabo Verde, contribuindo para a afirmação deste instrumento financeiro e apoiar no desenvolvimento e fortalecimento do tecido empresarial.

2. BASE DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas com base nos princípios básicos aplicáveis a contabilidade, com base nos registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), nos termos do Aviso nº 2/2007, de 19 de novembro, emitido pelo Banco de Cabo Verde.

POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas aplicadas na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

a) Especialização de exercícios (ou do acréscimo)

Os custos e proveitos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento devendo incluir-se nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitam.

b) Instrumentos financeiros

i) ativos financeiros

Os ativos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor acrescido de custos diretamente atribuíveis à transação. Quando do reconhecimento inicial os ativos financeiros foram classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

a) Empréstimos e contas a receber

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo. Esta categoria inclui o crédito titulado a empresas e valores a receber pela prestação de serviços ou alienação de participações financeiras.

No reconhecimento inicial estes ativos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efetiva, e acrescido de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Reconhecimento de juros

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efetiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor atual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

b) ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui:

- ativos financeiros detidos para negociação, os quais englobam essencialmente títulos adquiridos com o objetivo de realização de ganhos a partir de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, com exceção daqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura;
- ativos financeiros classificados como ao justo valor através de resultados. A utilização da “*Fair value option*” implica o registo nesta categoria dos instrumentos financeiros de forma irrevogável no reconhecimento inicial, encontrando-se limitada a situações em que a sua aplicação resulte na produção de informação financeira mais relevante, nomeadamente:
- Caso a sua aplicação elimine ou reduza de forma significativa uma inconsistência no reconhecimento ou mensuração (“*accounting mismatch*”) que, caso contrário, ocorreria em resultado de mensurar ativos e passivos ou reconhecer ganhos e perdas nos mesmos de forma inconsistente;
- Grupos de ativos financeiros, passivos financeiros ou ambos que sejam geridos e o seu desempenho avaliado com base no justo valor, de acordo com estratégias de gestão de risco e de investimento formalmente documentadas, e informação sobre o grupo seja, distribuída internamente aos órgãos de gestão.
- Adicionalmente, é possível classificar nesta categoria instrumentos financeiros que contenham um ou mais derivados embutidos, a menos que:
 - Os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam exigidos pelo contrato;

- Fique claro, com pouca ou nenhuma análise, que a separação dos derivados implícitos não deve ser efetuada.

A Sociedade regista nesta categoria a generalidade dos instrumentos de capital relativos à atividade de capital de risco, incluindo os casos de instrumentos que tenham associados derivados, nomeadamente o direito ou a obrigação contratual de alienar as participadas no âmbito de Acordos Parassociais celebrados na data da tomada das participações.

Os ativos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente refletidos em resultados do exercício, nas rubricas de "Resultados em operações financeiras". Os juros são refletidos nas rubricas apropriadas de "Juros e rendimentos similares".

c) ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda, que correspondem a ações de empresas, são mensurados ao justo valor, com exceção de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação vão ser registados diretamente em capitais próprios, em "Reservas de reavaliação". No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registados nas rubricas "Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda" ou "Imparidade de outros ativos financeiros, líquida de reversões e recuperações", respetivamente.

Os dividendos e os rendimentos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica "Rendimentos de instrumentos de capital" quando é estabelecido o direito da Sociedade ao seu recebimento.

Justo valor

Conforme acima referido, os ativos financeiros registados na categoria de "ativos financeiros disponíveis para venda" são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.

O justo valor dos instrumentos financeiros relativamente aos títulos de rendimento variável não transacionados em mercados ativos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) é determinado com base em modelos e técnicas internas de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, refletindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

ii) Imparidade de ativos financeiros

ativos financeiros ao custo amortizado

A Sociedade deverá efetuar periodicamente análises de imparidade dos seus ativos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente em empréstimos e contas a receber.

A identificação de indícios de imparidade é efetuada numa base individual, sendo que os seguintes eventos podem constituir indícios de imparidade:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, nomeadamente atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;
- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;
- Concessões de facilidades ao devedor em resultado das suas dificuldades financeiras que não seriam concedidas numa situação normal;
- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal não será recuperado na totalidade.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica "Imparidade de ativos financeiros líquida de reversões e recuperações", sendo refletido em balanço separadamente como uma dedução ao valor do crédito a que respeita.

ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda deverão ser registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor refletidas diretamente em capital próprio, na rubrica "Reservas de reavaliação".

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efetuada pela Sociedade uma análise da existência de perdas por imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda, considerando para este efeito a natureza e características específicas e individuais dos ativos em avaliação.

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, na rubrica “Imparidade de outros ativos financeiros, líquida de reversões e recuperações”.

Para além dos indícios de imparidade acima referidos para ativos registados ao custo amortizado, a Norma IAS 39 prevê ainda os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado;
- Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originados após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidos em “Reservas de reavaliação”. Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são refletidas em resultados do exercício.

Relativamente a ativos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, a Sociedade efetua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do ativo, descontados a uma taxa que reflita de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido diretamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes ativos não podem ser revertidas.

c) Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o seu montante agregado reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

d) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor, incluindo custos ou proveitos diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes passivos são valorizados pelo custo amortizado.

e) Propriedades de investimento

Correspondem a imóveis detidos com o objetivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

As propriedades de investimentos não são amortizadas, sendo registadas ao custo de aquisição. Periodicamente, são efetuadas avaliações por parte de peritos independentes, de forma a aferir acerca de existência de imparidade nos investimentos.

f) outros ativos tangíveis

As ativas fixas tangíveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição, deduzidos das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício.

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso:

Anos de vida útil

		<u>Taxa</u>
Equipamento:		
Mobiliário e material	8	12.5%
Material de transporte	4 a 8	14.3%
Equipamento informático	5	20%
Instalações interiores	8	33.3%

Periodicamente deverá ser realizada análises no sentido de identificar evidências de imparidade em ativos tangíveis, de acordo com a Norma IAS 36 – “Imparidade de ativos”. A imparidade traduz uma perda de valor sofrida pelo ativo devido a fatores externos ou interno à entidade em consequência da sua incapacidade para gerar benefícios económicos. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício, caso em exercícios seguintes se verifique um aumento do valor recuperável do ativo.

No caso das viaturas tem que se ter em consideração uma estimativa do valor residual do equipamento.

g) ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição de *software e sistema de informação* utilizado no desenvolvimento das atividades da Sociedade. As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo do exercício em que são incorridas.

Anos de vida útil

Taxa		
Programa e software	3	33.3%

h) Impostos sobre lucros

Sociedade está sujeita ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRPC) à taxa de 22%, e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 22,44%.

Impostos correntes

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Impostos diferidos

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultantes de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Apesar disto, não são registados impostos diferidos recativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de ativos e passivos em transações que não afetem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas

noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

f) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, a Sociedade considera como “Caixa e seus equivalentes” o total das rubricas “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

g) Estimativas contabilísticas críticas e aspetos de julgamentos mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Sociedade. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras da Sociedade incluem as abaixo apresentadas.

Determinação de perdas por imparidade em empréstimos e outros valores a receber

As perdas por imparidade em contas a receber resultam de uma avaliação específica efetuada pela Sociedade com base no conhecimento da realidade dos devedores e nas garantias associadas às operações em questão.

Determinação de perdas por imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda

As menos-valias resultantes da valorização destes ativos são reconhecidas por contrapartida das “Reservas de reavaliação”. Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas nas “Reservas de reavaliação” devem ser transferidas para custos do exercício.

No caso de instrumentos de capital, a determinação da existência de perdas por imparidade pode revestir-se de alguma subjetividade. A Sociedade determina a existência ou não de imparidade nestes ativos através de uma análise específica em cada data de balanço e tendo em consideração os indícios definidos na Norma IAS 39.

Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos

De acordo com a Norma IAS 39, a Sociedade valoriza ao justo valor as participações associadas à atividade do capital de risco. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. No entanto, a determinação do justo valor de instrumentos de capital não cotados reveste-se de subjetividade e incorpora um conjunto relevante de pressupostos pelo que os valores efetivos de realização desses instrumentos poderão vir a ser substancialmente diferentes dos valores registados.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela Sociedade com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objetiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Sociedade sobre o correto enquadramento das suas operações o qual é, no entanto, suscetível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

h) Adoção de novas Normas (IAS/IFRS) ou revisão de Normas já emitidas

IFRS 9 Instrumentos financeiros

A IFRS 9 Instrumentos Financeiros veio substituir a IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração para os períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018 e juntou os três aspetos da contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, imparidade e contabilidade de cobertura.

A IFRS 9 prospectivamente com data de aplicação inicial em 1 de janeiro de 2018. A Entidade não ré expressou a informação comparativa a qual continua a ser reportada de acordo com a IAS 39. A Aplicação desta Norma não teve impacto nas contas.

IFRS 15 rédito de Contratos com Clientes

A IFRS 15 veio substituir a IAS 11 Contratos de Construção, a IAS 18 Rédito e as Interpretações relacionadas com estas normas e aplica-se, com raras exceções, a todo o rédito proveniente de contratos com clientes.

A IFRS 15 prevê um modelo de cinco passos para a contabilização do rédito proveniente de contratos com clientes e requer que o rédito seja reconhecido por um valor que reflita a retribuição a que uma entidade espera ter direito em troca dos bens e/ou serviços que serão transferidos para o cliente.

A IFRS 15 requer que o órgão de gestão faça julgamentos, considerando todos os factos e circunstâncias relevantes quando aplica cada um dos cinco passos do modelo aos contratos com os seus clientes. A norma também especifica como devem ser contabilizados os custos incrementais para a obtenção de um contrato e os custos diretamente incorridos no cumprimento de um contrato. Adicionalmente, a norma exige divulgações mais extensas.

A Aplicação desta Norma não teve impacto nas contas.

3. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2020, esta rubrica é composta por Fundo de caixa e depósitos à ordem constituídos junto dos Bancos nomeadamente, o Banco Comercial do Atlântico, Banco Interatlântico, Caixa Económica de Cabo Verde, Banco Cabo-verdiano de Negócios e Banco Angolano de Investimentos.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa	30	30
	<u>30</u>	<u>30</u>
Depósitos a ordem		
Caixa Económica de Cabo Verde	1 726	3 287
Banco BAI Cabo Verde	5 040	3 801
Banco Interatlântico	891	4
Banco Comercial do Atlântico	115 391	33 336
Banco Cabo-verdiano de Negócios	1 988	50
	<u>125 036</u>	<u>40 478</u>
	<u>125 066</u>	<u>40 508</u>

4. ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Em 31 de Dezembro de 2020, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Título	% de participação	Custo de aquisição	Valor de balanço		Variação no justo valor	
			2020	2019	2020	2019
Agrupamento A.C.E Pró - Taxi	83,64%	9 200	9 200	9 200	-	9 200
Hotel Happyday, Sociedade	16,84%	16 000	16 000	12 000	4 000	12 000
			25 200	25 200	4 000	21 200

Agrupamento A.C.E Pró táxi

Em 2019 a PRÓCAPITAL SA, adquiriu 83,64% do Capital da Sociedade A.C.E Pró táxi. Em 2020 o saldo desta rubrica é de mCve 9.200.

Hotel Happy Day

Em 2019 a Pró – Capital adquiriu 21% do Capital Social da Sociedade, tendo, até a data, desembolsado apenas 16,87% do valor adquirido, sendo mCve 12.000 até dezembro de 2019 e mCve 4.000 em 2020, perfazendo o total de mCve 16.000 a 31 de dezembro de 2020.

5. APLICACÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2020, o saldo desta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

	2020	2019
Depósitos a prazo	80 000	50 000
Banco BAI Cabo Verde	-	20 000
Banco Cabo-verdiano de Negócios	-	30 000
Banco Internacional de Cabo Verde	30 000	-
Ecobank de Cabo Verde	50 000	-
Juros a receber	279	179
	80 279	50 179

6. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2020 o saldo desta rubrica é o seguinte:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Outros Título de dívidas		-
Ações- Promotora	120 000	
	<u>120 000</u>	<u>-</u>

Em 2020, a Pró-Capital recebeu do acionista Estado de Cabo Verde, 120 ações de A Promotora no valor de mCve 120.000.

7. EMPRÉSTIMOS E CONTAS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2020, esta rubrica é integralmente constituída por títulos de dívida de emissores nacionais e apresenta a seguinte composição:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Outros créditos e valores a receber (titulados)		
Títulos da Dívida Pública		
Obrigações Tesouro – Através do BCN	25 000	-
Títulos Emitidos por Outros Residentes:		
Obrigações Banco BAI de Cabo Verde	21 249	21 249
Juros a receber	295	30
	<u>46 544</u>	<u>21 279</u>

Em 31 de Dezembro de 2020 a rubrica “Juros a receber” inclui mCve 280 de juros referente às obrigações do Tesouro e mCve 14 referente as Obrigações emitidas pelo Banco BAI de Cabo Verde.

8. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de "Outros ativos tangíveis" nos exercícios de 2020 foi o seguinte:

	2020						
	Saldo em 31.12.2019			Amortização do exercício	Saldo em 31.12.2020		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições		Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Terrenos	-	-	-	-	-	-	
Edifícios	-	-	-	-	-	-	
Grandes Reparações	-	-	-	-	-	-	
Mobiliário e material de escritório	811	(8)	102	(203)	913	(212)	701
Máquinas e ferramentas	-	-	122	(33)	122	(26)	97
Equipamento informático	669	(47)	294	(338)	963	(365)	578
Material de transporte	5 591	(333)	-	(786)	5 591	-1 131	4 460
Equipamento de segurança	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento de de Transmissão	8	(8)	-	-	8	8	-
Outro equipamento	-	-	-	-	-	-	-
Em curso	-	-	-	-	-	-	-
	7 079	(396)	518	(1 373)	7 597	(1 745)	5 836

9. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos "ativos intangíveis" nos exercícios de 2020 foi o seguinte:

	2020						
	Saldo em 31.12.2019			Amortizações do exercício	Saldo em 31.12.2020		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Amortizações do exercício		Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor Líquido
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	819	(116)	(331)	1 049	(447)	602	

10. OUTROS ACTIVOS

Em 31 de Dezembro de 2020, o saldo desta rubrica é de mCve 12.200.

	2020	2019
Devedores e outras aplicações		
Suprimentos		
Pró-Táxi	2 200	-
HAPPYDAY	10 000	-
	12 200	-

Em 2020 foi concedido suprimentos à Pro-táxi no valor de mCve 2.200 e a Happy Day no valor de mCve 10.000, valores a serem reembolsados de acordo com os termos contratuais.

11. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2020, o saldo desta rubrica inclui um empréstimo Leasing contratado junto do Banco Comercial do Atlântico, S.A. em julho de 2019 no montante de mCve 5.591 acrescido do IVA e juro a taxa de seis por cento pelo prazo de quatro anos. O empréstimo destinou-se à aquisição de duas viaturas de representação. O empréstimo será amortizado em 48 prestações mensais, no montante de mCve 118 acrescido do IVA a 15%.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Empréstimos obtidos:		
Banco Comercial do Atlântico, S.A.		
Empréstimo Leasing	3 381	4 560
Conta corrente caucionada	-	-
Descoberto bancário	-	-
	<u>3 381</u>	<u>4 560</u>
Juros a pagar	<u>2</u>	<u>6</u>
	<u>3 383</u>	<u>4 567</u>

12. PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTE

Em 31 de Dezembro de 2020 o saldo desta rubrica é o seguinte:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Outras operações a regularizar		
Imposto sobre o lucro. Tributação Autónoma	106	
	<u>106</u>	

A estimativa para o imposto a pagar sobre o lucro (tributação autónoma) em 2020 é de mCve 106.

13. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de Dezembro de 2020, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2020	2019
<u>Encargos a pagar</u>		
Subsidio de férias	1 454	1 303
Outros	-	-
<u>Outras exigibilidades</u>		
Imposto sobre o Rendimento – Retenções na fonte	181	182
Previdência social	256	256
Imposto sobre o valor acrescentado	-	-
SOAT - Seguradora	3	3
<u>Outros credores</u>		
Donativos recebidos	1 290	1 361
Outros credores	65	75
	<u>3 249</u>	<u>3 180</u>

14. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2020, o capital da Sociedade está representado por 551.000 ações com um valor nominal de mil escudos Cabo-Verdianos, realizado em mCve 331.634. A estrutura acionista da Sociedade é a seguinte:

	Número de Ações	%
Estado Cabo Verde	551 000	100,00%
Estado Cabo Verde Por Realizar	(219 366)	
	<u>331 634</u>	<u>100,00%</u>

15. RESULTADOS TRANSITADOS

Em 31 de Dezembro de 2020 o saldo desta rubrica é o seguinte:

	2020	2019
Outras reservas e resultados transitados:		
. Reserva legal	-	-
. Resultados transitados	(15 847)	-
	<u>(15 847)</u>	<u>-</u>

16. RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO

Em 31 de Dezembro de 2020, o saldo da rubrica "Resultado líquido do período" é o seguinte:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Resultado líquido do período	(26 798)	(15 847)
	<u>(26 798)</u>	<u>(15 847)</u>

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Em 31 de Dezembro de 2020, a Sociedade está sujeita ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRPC) à taxa de 22%, e a uma taxa de Incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 22,44%.

No exercício 2020 a Sociedade apurou um valor negativo de (26.798.460). O Código do IRPC prevê que os prejuízos fiscais reportáveis de anos anteriores apurados no âmbito do IRPC podem ser deduzidos nos 7 exercícios seguintes.

A tributação Autónoma em 2020 foi de mCve 106, e também em 2020 foi efetuado a correções da tributação autónoma de 2019 em mCve 46.

17. JUROS E RENDIMENTOS E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Estas rubricas têm a seguinte composição em 31 de dezembro de 2020:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Juros e rendimentos similares		
· Outros créditos e valores a receber - titulados		-
De outros residentes	1 156	30
Juros de aplicações em instituições de crédito		
· No país	1 602	179
	<u>2 758</u>	<u>209</u>
Juros e encargos similares		
· Juros de empréstimos bancários	233	124
· Outros		-
	<u>233</u>	<u>124</u>
	<u>2 525</u>	<u>85</u>

18. RENDIMENTOS/ ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Em 31 de Dezembro de 2020 o saldo desta rubrica é o seguinte:

	2020	2019
Rendimentos de serviços e comissões	0	
Encargos com serviços e comissões	29	34
	<u>29</u>	<u>34</u>

19. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

O saldo desta rubrica em dezembro de 2020 é o seguinte:

	2020	2019
Outros proveitos de exploração		
Donativos recebidos	552	120
Outros custos de exploração		
Outros impostos	(782)	10
	<u>(230)</u>	<u>110</u>

20. CUSTO COM PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2020, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2020	2019
Remunerações do Conselho de Administração	8 858	4 514
Remunerações dos Membros da AG	114	
Remunerações de Colaboradores	10 566	5 664
Remunerações Fiscal Único	360	
Previdência Social Administração	440	
Previdência Social Empregados	1 691	
Encargos sociais obrigatórios	34	1 199
Outros	47	
	<u>20 108</u>	<u>11 378</u>

21. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Em 31 de Dezembro de 2020, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2020	2019
Consultores e Auditores Externos	810	316
Água e electricidade	402	254
Rendas e Aluguer	1 777	762
Publicidade e edição de publicações	429	198
Conservação e reparação	196	79
Material de limpeza e higiene	38	14
Comunicações e despesas de expedição	518	245
Transporte	8	
Combustíveis	271	136
Seguros	192	84
Serviço especializados	904	
Serviços de limpeza	10	
Serviços judiciais e notariado	56	
Impressos e material de consumo corrente e outros	260	163
Outros fornecimentos de terceiros	139	
Despesas de representação, deslocação e estadias	150	1 414
Formação	46	68
Material para assistência e reparação	6	
Outros	898	386
	7 108	4 118

22. IMPOSTO CORRENTE SOBRE OS LUCROS

Em 31 de Dezembro de 2020 o saldo desta rubrica é de:

	2020	2019
Imposto corrente sobre os lucros		
Tributação autónoma	106	
Correcções de impostos	46	
	152	-

23. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações ocorridos em 2020 entre a Sociedade e as partes relacionadas resumiram-se no quadro seguinte:

Ativo	% de participação	Valor 20	Valor 2019
Agrupamento A.C.E Pró - Taxi	83,64%	9 200	9 200
Hotel Happyday, Sociedade	16,84%	16 000	12 000
A Promotora	26,67%	120 000	
Agrupamento A.C.E Pró - Taxi- Suprimentos		2 200	
Hotel Happyday, Sociedade- Suprimentos		10 000	
		157 400	21 200
Passivo			
Donativos recebidos		1 290	1 361
Rendimentos			
Donativos recebidos		552	120

Ativos

- Participações em capital social do Agrupamento A.C.E Pró-Táxi e Hotel Happy Day;
- 26.67 % das Ações de A promotora;
- Suprimentos concedidos às participadas, Agrupamento Pró-Táxi e Happy Day.

Passivos

Donativos recebidos, dizem respeito aos valores totais dos ativos imobilizados recebidos da SDE- Sociedade de Desenvolvimento Empresarial, em outubro de 2019, conforme Deliberação Unanime por Escrito.

Rendimentos

A rubrica rendimentos corresponde a imputação dos valores das amortizações dos donativos recebidos no final do período.

24. INFORMAÇÃO RELATIVA A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à atividade da Sociedade

O principal risco a que a Sociedade se encontra exposta é o risco de variação no justo valor dos seus investimentos em participações financeiras e empréstimos. Este risco é gerido através de procedimentos definidos de análise e aprovação de novas entradas no capital, e de procedimentos de acompanhamento frequente e regular da atividade das participadas.

De seguida, apresentam-se as divulgações requeridas pelo IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que englobam as divulgações relativas aos restantes riscos que a Sociedade se encontra exposta.

Risco cambial

Todos os ativos e passivos da Sociedade encontram-se expressos em Escudos de Cabo Verde, pelo que a Sociedade não está exposta a risco cambial.

Risco de liquidez

Risco de liquidez corresponde ao risco de a Sociedade ter dificuldades na obtenção de fundos de forma a cumprir com os seus compromissos. O risco de liquidez pode ser refletido, por exemplo, na incapacidade de a Sociedade alienar um ativo financeiro de uma forma célere a um valor próximo do seu justo valor.

Risco de taxa de juro

Risco de taxa de juro corresponde ao risco do justo valor ou dos fluxos de caixa associados a um determinado instrumento financeiro, se alterar em resultado de uma alteração das taxas de juro de mercado.

Justo valor

As participações financeiras encontram-se já valorizadas ao justo valor. Conforme acima referido relativamente ao risco de taxa de juro, os restantes ativos e passivos remunerados vencem juros a taxas de mercado. Face ao exposto, a Sociedade considera que o valor de balanço dos seus ativos e passivos financeiros, constitui uma aproximação fiável ao respetivo justo valor.

O Conselho de Administração

Presidente

Administrador

Administrador

O Técnico Oficial Contas
Maria Idalsisa Martins



Handwritten signatures and a circular stamp of PRG CAPITAL. The stamp contains the text "Sociedade de Capital Fechado" and "PRG CAPITAL". The name "Martins" is written in blue ink below the stamp.

RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Índice

1. RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2020.....	3
1.1. ENQUADRAMENTO LEGAL DA PRÓ-CAPITAL, SA, SOCIEDADE DE CAPITAL DE RISCO	3
1.2. ENQUADRAMENTO MACRO ECONÓMICO	3
1.3. ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL	4
1.4. ORGANIZAÇÃO INTERNA	6
1.5. RECURSOS HUMANOS	8
1.5.1. BALANÇO SOCIAL	8
1.5.2. POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES	9
1.5.3. HONORÁRIOS DO AUDITOR EXTERNO CERTIFICADO	11
1.6. COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL	11
1.7. PROGRAMAS DE INVESTIMENTO	12
1.8. CARTEIRA DE INVESTIMENTOS	13
1.9. PARTICIPADAS	15
1.9.1. AGRUPAMENTO COMPLEMENTAR DE EMPRESAS (ACE) PRÓ-TÁXI, SA	15
1.9.2. HOTEL HAPPY DAY, SA	16
1.9.3. SOL, MAR e VENTO	16
1.10. GESTÃO DE RISCOS	16
1.11. ACORDOS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	16
1.12. PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO DA PRÓ-CAPITAL	17
1.13. EVENTOS SUBSEQUENTES	17
2. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	18
2.1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	18
2.2. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	23
3. NOTA FINAL	23
ANEXOS	24
ANEXO I - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	25
ANEXO II:	53
RELATÓRIO DE AUDITORIA E PARECER DO FISCAL ÚNICO	53

1. RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2020

1.1. ENQUADRAMENTO LEGAL DA PRÓ-CAPITAL, SA, SOCIEDADE DE CAPITAL DE RISCO

O Governo de Cabo Verde, aprovou o DL n.º 28/2017 de 30 de junho de 2017, alterado pelo DL n.º 50/2018 de 20 de setembro, que cria a Pró-Capital – Sociedade pública de capital de risco, com o capital social de CVE 551.000.000 (quinhentos e cinquenta e um mil contos).

A Pró-Capital, SA é uma Sociedade Pública de Capital de Risco, detida pelo Estado de Cabo Verde sob a forma de Sociedade Anónima, que tem por objeto investir em empresas com forte potencial de crescimento e desenvolvimento por meio de aquisição de ações, na perspetiva de retorno sobre o capital investido.

A Pró-Capital, como integrante do Ecossistema de Financiamento à Economia, juntamente com a Pró-Empresa e a Pró-Garante, foi criada pelo Governo para responder às falhas do mercado bem como acelerar o crescimento económico para a criação de emprego em particular de mulheres e jovens.

A Pró-Capital, enquadra-se no programa do Governo de Cabo Verde de melhoria do acesso ao financiamento das empresas privadas, fazendo uso do capital de risco como uma fonte alternativa de financiamento, para criação, desenvolvimento e expansão das Pequenas e Médias Empresas (PMEs) nacionais.

Com efeito, a Pró-Capital realiza participações em empresas com forte potencial de crescimento e desenvolvimento, mediante investimento minoritário (49% do capital social) por períodos de tempo limitado (máximo de 12 anos).

1.2. ENQUADRAMENTO MACRO ECONÓMICO

A crise global de saúde pública marcou os desenvolvimentos macrofinanceiro do país e dos seus parceiros a partir do primeiro trimestre do exercício findo.

Os esforços, sincronizados, de contenção da propagação do novo coronavírus, de fortalecimento dos serviços de saúde e de proteção de vidas humanas resultaram na contração do produto interno bruto (PIB) em volume do país na ordem dos 13 por cento em termos homólogos no primeiro semestre. As economias da Área do Euro, dos EUA e



do Reino Unido—principais parceiros económicos do país, contraíram 9, 4 e 11 por cento, respetivamente, no primeiro semestre de 2020 face ao primeiro semestre de 2019.

A crise exacerbou, também, em larga medida, as vulnerabilidades externas e orçamentais do país. A balança corrente registou um défice de 11,4% do PIB no primeiro semestre, o défice e a dívida do Estado (incluindo os Títulos Consolidados de Dívida pública e a dívida contraída pelas autoridades nacionais junto ao Fundo Monetário Internacional) atingiram em agosto de 2020, respetivamente, 3,5 e 146 por cento do PIB projetado para o ano.

Entretanto, favorecido por medidas de política monetária prudenciais e orçamentais acomodaticias, o sector monetário manteve-se líquido e o crédito ao sector privado aumentou 1,4% entre dezembro de 2019 e agosto de 2020 (1,1% entre dezembro de 2018 e agosto de 2019).

Considerando os desenvolvimentos macrofinanceiros recentes e as hipóteses de enquadramento externo e de políticas macroeconómicas atualizadas, as presentes projeções do Banco de Cabo Verde apontam para uma contração do produto interno bruto em 2020 de 8,1%, no cenário de base, e 10,9%, num cenário mais adverso. As projeções atuais internalizam uma deterioração mais grave do enquadramento externo, uma duração maior que antecipada das restrições à atividade económica nacional e da interdição de voos internacionais face ao avanço da epidemia no país e, conseqüentemente, uma retoma mais gradual da economia aos níveis pré-crise.

O PIB em volume poderá crescer 5% em 2021, garantido o controle da pandemia a partir do segundo trimestre do ano. Caso contrário, o crescimento económico poderá não ultrapassar os 3% no próximo ano.¹

1.3. ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL

Em cumprimento do seu mandato, e no âmbito das suas atribuições de instituição financeira supervisionada pelo Banco de Cabo Verde, a Administração da Pró-Capital procurou dotar a instituição dos recursos técnicos e operacionais bem como implementar os instrumentos de gestão previsional aprovados pela Assembleia Geral.

¹ Relatório de Política Monetária do BCV 2020

MISSÃO

Afirmar-se como uma instituição financeira nacional, sólida, norteada pelo rigor e transparência e reconhecida pelo seu papel na criação e desenvolvimento de empresas mediante o suprimento de capital e a assistência técnica e financeira na profissionalização da gestão do negócio.

VISÃO

Impor-se como instituição de promoção do capital de risco em Cabo Verde contribuindo para a afirmação deste instrumento financeiro e assim o desenvolvimento e fortalecimento do tecido empresarial.

EIXOS ESTRATÉGICOS

A Pró-Capital, assenta a sua atuação em quatro Eixos Estratégicos:

- Desenvolvimento Institucional e Promoção do Capital de Risco
- Fomento do Investimento Privado
- Promoção de Parcerias Estratégicas para o Desenvolvimento Empresarial
- Prestação de serviços financeiros

A Pró-Capital definiu também como orientação estratégica a promoção e gestão de fundos de apoio à iniciativa empresarial, geral ou específica, públicos ou privados, de origem interna ou externa bem como a atração de Fundos de Investimentos para financiamento de projetos do setor privado ou PPP.

OBJETIVOS

- Crescer organicamente e crescer por aquisições
- Facilitar o acesso ao financiamento de empresa do setor privado
- Promover o capital de risco
- Dinamizar o Ecosistema de Financiamento à Economia

ESTRUTURA DE CAPITAL

A Pró-Capital é uma sociedade de capital de risco de capitais exclusivamente públicos. O capital social é de CVE 551.000.000 (quinhentos e cinquenta e um milhões de escudos), totalmente subscrito pelo Estado de Cabo Verde. O capital social é representado por ações nominativas com valor nominal de mil escudos, em títulos de um, cinco, dez, cinquenta, cem, mil e dez mil ações.

No fim do exercício de 2020, o montante do Capital Social realizado da Pró-Capital e desembolsado em tranches ascendia a CVE 331.634.338 (Trezentos e Trinta e Um



Milhões, Seiscentos e Trinta e Quatro Mil, Trezentos e Trinta e Oito Escudos) o qual corresponde a cerca de 60% do seu Capital Social.

ÓRGÃOS SOCIAIS

Os Órgãos Sociais da Pró-Capital tomaram posse em 16 abril de 2019, sendo constituído pelos seguintes membros:

Mesa da Assembleia Geral

Presidente Dr. Pedro Mendes Barros

Secretário Dr. Alcindo Vieira

Conselho de Administração

Presidente Dra. Adalgisa Barbosa Vaz

Administrador Eng. Júlio Fortes

Administrador Dra. Lígia Pinto

Suplente Dra. Micas Prazeres

Fiscal Único Dr. Bruno Lopes

Fiscal Único Suplente Dr. Nicolai Barbosa

1.4. ORGANIZAÇÃO INTERNA

Ao longo do exercício de 2020 a Pró-Capital continuou os esforços de estruturação da organização e de adequação dos recursos aos objetivos da Instituição (instalações, recursos humanos, instrumentos de gestão, normas e procedimentos internos) paralelamente as atividades de promoção e divulgação da Pró-Capital junto da classe empresarial e das autoridades centrais e locais.

Para reforço da estrutura de gestão foi contratado um Gabinete Jurídico e de Compliance, para prestação de serviços em matéria de assessoria jurídica, nomeadamente pareceres, acompanhamentos de processos internos, elaboração de regulamentos internos de funcionamento das estruturas e desempenho da função de Compliance nos termos do Aviso nº 4/2017 do BCV, que obriga ao estabelecimento e manutenção de uma função

Two handwritten signatures in blue ink are located at the bottom right of the page. The first signature is a stylized 'P' and the second is a more complex signature.

de Compliance independente, permanente e efetiva para controlar o cumprimento das obrigações legais e dos deveres a que se encontram sujeitas as Instituições financeiras.

Foi também assinado um contrato de prestação de serviços com o NOSI, em que a Pró-Capital passou a ter acesso ao serviço de Office Automation, que comporta a disponibilização do pacote de produtividade da MICROSOFT, incluindo correio eletrónico interligado à rede RTPE, processador de texto, planilhas de cálculo, vídeo chamada, patches e antivírus, serviço de Voip, bem como a gestão de utilizadores. Foi assim contratado o serviço de VPS – Virtual Private Server, uma licença limitada para instalar, fazer funcionar, manter, alojar e reparar o sistema operativo, software, Website, base de dados, entre outros.

De sublinhar que o ataque informático, em novembro de 2020 à rede tecnológica do Estado não resultou em perda de dados da Pró-Capital.

A Pró-Capital assinou em 2020 o um contrato de aquisição de serviços com a Empresa Foco Design & Comunicação, para conceção, desenvolvimento e operacionalização do Website institucional da Pró-Capital.

No âmbito das ações de Controlo Interno, foi contratado os serviços de um Avaliador externo para avaliação dos Ativos da Pró-Capital, para efeito de renovação da apólice de seguros de equipamentos informáticos e mobiliários diversos.

De sublinhar que para atenuar os impactos da crise sanitária global, derivada da pandemia da Covid-19, a Pró-Capital adotou internamente um plano de contingência em aderência às instruções emanadas pelo Ministério de Saúde, visando a prevenção e controlo da infeção entre os colaboradores e visitantes.

Foram assim adotadas várias medidas de higienização das instalações e de proteção dos colaboradores, com instalação de separadores de vidro, dispensador de álcool gel, e procedimentos de distribuição de máscaras.

1.5. RECURSOS HUMANOS

1.5.1. BALANÇO SOCIAL

O organograma da Pró Capital apresenta a seguinte configuração:



A Pró-Capital, cujo Conselho de Administração era composto por 3 Administradores, a 31 de dezembro de 2020, contava com um quadro de pessoal de 9 colaboradores, sendo cinco técnicos superiores, três administrativos e um motorista conforme a seguinte distribuição dos recursos humanos:

Unidade Orgânica	Nº de Colaboradores
Direção Administrativa e Financeira	5
Direção Comercial	3
Área de Informação de Gestão	1
Total	9

Tabela 1: Distribuição por Departamento e Género

	%	FEM	MASC	TOTAL
Conselho de Administração	25%	2	1	3
Direcção Comercial	17%	1	1	2
Direcção Administrativa e Financeira	50%	5	1	6
Área de Informação e Gestão	8%	0	1	1
	100%	8	4	12
		67%	33%	

Tabela 2: Distribuição dos Colaboradores da Pró-Capital por Género, Tempo de Serviço, Vínculo, Faixa Etária e Nível de Escolaridade

		Frequência	%
Género	Masculino	3	33,3%
	Feminino	6	66,7%
Tempo Serviço	De 1 a 5 anos	8	88,9%
	De 6 a 15 anos	1	11,1%
Vínculo	Contratado	5	55,6%
	Quatro	4	44,4%
Faixa Etária	De 25 a 34 anos	3	33,3%
	De 35 a 44 anos	3	33,3%
	De 45 a 55 anos	3	33,3%
Nível Escolaridade	12º Ano Escolaridade	3	33,3%
	Técnico Profissional	1	11,1%
	Licenciatura	5	55,6%

1.5.2. POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES

As remunerações dos Órgãos Sociais e as regalias em vigor são as constantes da Resolução nº 56/2016 de 9 de junho que harmoniza a remuneração e regalias dos gestores públicos

As remunerações dos colaboradores são as definidas na tabela Salarial do PCCS constante dos Estatutos do Pessoal aprovado em 2020.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Remunerações do Conselho de Administração	6 858	4 514
Remunerações dos Membros da AG	114	
Remunerações de Colaboradores	10 566	5 664
Remunerações Fiscal Único	380	
Remuneração Auditor Interno	427	
Remuneração Consultor Jurídico Compliance	480	
Previdência Social Administração	440	
Previdência Social Empregados	1 691	
Encargos sociais obrigatórios	34	1 199
Outros	47	
	<u>21 015</u>	<u>11 378</u>

1.5.3. HONORÁRIOS DO AUDITOR EXTERNO CERTIFICADO

Em 2020 foi efetuada uma auditoria às demonstrações financeiras da Pró-Capital, relativas ao exercício de 2019. Os honorários pagos ao auditor externo, foram de CVE 402.500 com iva incluído.

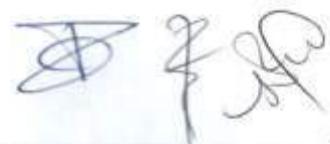
1.6. COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL

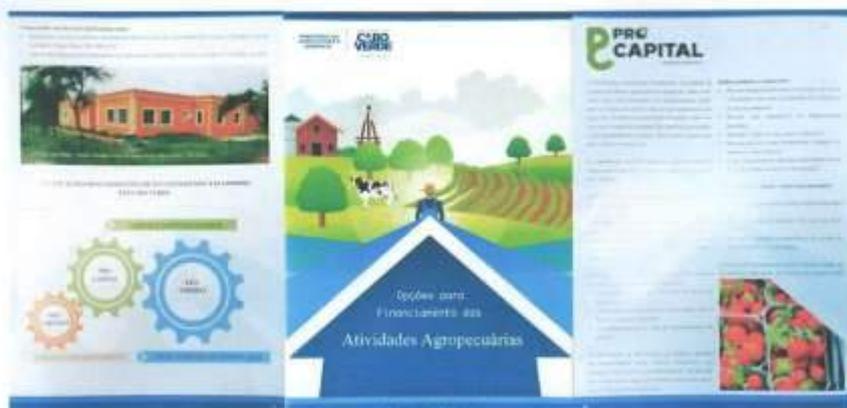
Desde o início das suas operações em abril de 2019, a Pró-Capital vem levando a cabo um programa intensivo de informação e de educação financeira respeitante a alternativa de financiamento como capital de risco para aquisição de ações de Start up ou de empresas em atividades. Para o efeito a Pró Capital recorreu a vários canais de comunicação, encontros presenciais e virtuais, eventos de promoção do setor privado Cabo-verdiano, atividades de interação entre as instituições do Ecossistema de Acesso ao Financiamento,

O Conselho de Administração da Pró-Capital promoveu reuniões de contacto e sessões de esclarecimentos com centenas de empresários nos Municípios de Santa Catarina, Tarrafal, S. Miguel, Santa Cruz e S. Lourenço na ilha de Santiago, em S. Filipe, Santa Catarina e Mosteiros na ilha do Fogo, em Ribeira Brava e Tarrafal de S. Nicolau, em Porto Novo de Santo Antão e em S. Vicente.

Os Administradores e equipa técnica da Pró-Capital participaram nos diversos eventos de apresentação de instrumentos facilitadores do acesso ao financiamento, incluindo eventos da Iniciativa Cabo Verde Horizonte 2030, FIC, e em outras atividades de promoção empresarial em parceria com as demais instituições de promoção do setor privado.

É neste contexto de promoção empresarial nos sectores do Turismo Sustentável, da Economia Marítima, da Agricultura e da Indústria e Energias Renováveis que a Pró Capital implementou, no ano findo, uma estratégia de intervenção tripartida Pró-Capital-Ministérios Sectoriais e Promotores/Empresários para oferecer à classe empresarial um leque de instrumentos que integra Assistência Técnica dos Ministérios e participação financeira da Pró-Capital, tendo sido já estabelecido um canal direto de identificação de projetos pelas equipas dos Ministérios da Economia Marítima, da Agricultura e Ambiente e do Ministério de Indústria Comercio e Energia

Three handwritten signatures in blue ink are located at the bottom right of the page. The first signature is a stylized 'P', the second is a cursive 'F', and the third is a cursive 'A'.



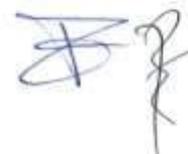
A Pró-Capital organizou, em São Lourenço dos Órgãos, em parceria com o INIDA, em agosto de 2020, um encontro com Agricultores da Ilha de Santiago para identificação de projetos e apresentação do instrumento de Capital de Risco. A parceria com o Ministério da Agricultura e Ambiente culminou com a produção de um folheto informativo para empresários do sector agrícola, com nota explicativa detalhada sobre os instrumentos e instituições do Ecossistema de Financiamento à economia

A Pró-Capital reforçou no ano findo relações institucionais com várias organizações internacionais, nomeadamente, a Cooperação Luxemburguesa, ONUDI, PNUD e USAID (Trade Hub), tendo mobilizado junto da ONUDI uma subvenção de investimento de cerca de 120.000 dólares para o projeto de produção de água dessalinizada através da energia fotovoltaica na Ribeira Brava de S. Nicolau.

Foram contactados individualmente mais de 500 empresas / promotores, (cerca de 300 através de emails) o que resultou na entrada de 43 projetos dos diversos setores de atividade, nomeadamente do turismo-hotelaria e restauração, energias renováveis, indústrias, economia digital, saúde, transportes, economia marítima, agricultura e pecuária.

1.7. PROGRAMAS DE INVESTIMENTO

Em reforço do seu programa de investimentos com base em fundos próprios, a Pró-Capital tem dado seguimento ao projeto de criação de um Fundo de Capital de Risco,



cuja proposta de criação constava das fichas técnicas apresentadas na Mesa Redonda dos Parceiros de CV, em Paris em novembro de 2018.

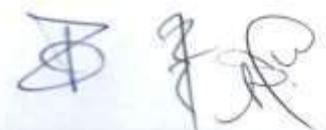
É assim que no âmbito do programa de 1.5 milhões de USD da USAID /Trade HUB, lançado em setembro de 2020, para mitigação dos efeitos da Covid 19 junto das empresas privadas cabo-verdianas, com subsídios a novos investimentos privados para criação de emprego, capacitação de mulheres e jovens e aumento das exportações, a Pró-Capital identificou, em parceria com a equipa da Trade Hub, a Gestora de Fundos de Investimentos, Injaro Investments, para a criação de um Fundo de Impacto pós Covid 19 de 10 milhões de euros.

Para o efeito, a Pró-Capital contribuirá com o montante de 2.5 Milhões de Dólares a disponibilizar pelo Banco Mundial no âmbito do financiamento do reforço em 10 milhões de Dólares do projeto Additional Financing to the Access to Finance for Micro, Small and Medium-Sized Enterprises Project

1.8. CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

Durante o exercício de 2020 a Pró-Capital identificou, em colaboração com a Pró-Empresa, todas as empresas que integraram os programas de contactos e sessões de esclarecimentos com o Vice-Primeiro Ministro para efeitos de apresentação dos seus serviços o que resultou em ações de promoção junto de mais de 400 empresas e promotores, (sendo 300 através de emails).

As ações promocionais proactivas junto da classe empresarial resultaram numa entrada de 43 projetos dos diversos setores de atividade, nomeadamente do turismo-hotelaria e restauração, energias renováveis, indústria, economia digital, saúde, transportes, economia marítima, agricultura e pecuária. Das propostas de projetos submetidas, estiveram em desenvolvimento, no exercício findo, 35 projetos dos quais 3 com processo de análise concluído em 2020 e com um investimento total de CVE 140,000 contos, nos setores industrial, hoteleiro e de Energias Renováveis com desembolsos previstos no ano de 2021.

Two handwritten signatures in blue ink are located at the bottom right of the page. The first signature is a stylized 'P' followed by a flourish, and the second is a more complex signature with several loops.

SECTOR	PROJECTOS /EMPRESAS	V.Investimento (CVE)	Nº Postos de Trabalho
TECNOLOGIA	2	120,260,180 ECV	53
TURISMO E RESTAURAÇÃO	11	1,550,421,744 ECV	187
AGRICULTURA & PECUÁRIA	5	563,325,223 ECV	185
ECONOMIA MARÍTIMA	6	384,418,394 ECV	357
TRANSPORTES	1	274,498,000 ECV	0
ENERGIAS RENOVÁVEIS	1	43,318,815 ECV	3
SAÚDE	2	184,983,324 ECV	22
INDÚSTRIA	6	611,191,130 ECV	66
MÚSICA/CULTURA	1	2,404,661 ECV	8
TOTAL	35	3,734,821,471 ECV	881

De entre os projetos em desenvolvimento, no fim do exercício de 2020a Pró-Capital demonstrou o seu firme engajamento para 11 projetos cujos promotores receberam carta de manifestação de interesse. Estes projetos, tem um investimento total estimado de CVE 855.000 contos, repartidos pelas ilhas de S. Antão, S. Vicente, S. Nicolau, Sal, Boavista e Santiago.

Ilha	#	Investimento Total (CVE)	Sector
Santo Antão	2	63.686.643	Indústria & Economia Marítima
S. Vicente	3	421.683.652	Hoteleiro/Turismo & Transporte
S. Nicolau	2	349.943.464	Turismo /Hotel e Economia Marítima
Sal	1	10.500.000	Turismo & Serviços Afins
Boavista	2	6.485.559	Turismo & Serviços Afins
Santiago	1	2.404.661	Cultura/Música
TOTAL	11	854.703.979	

De referir que na análise de projetos de investimento, para além dos procedimentos e análises internos, a Pró-Capital privilegia uma interação com promotores no âmbito do processo de “due diligence” para validação as informações e do business plan apresentados.

Assim, durante o ano de 2020 foram realizados cerca de 40 encontros presenciais com promotores, 9 workshops por videoconferências e 7 visitas de terreno aos projetos nas

ilhas de Santiago, São Vicente e S. Antão.

Mais ainda, no quadro do programa de promoção empresarial e de identificação de projetos a equipa da Pró-Capital desenvolveu contactos institucionais, junto dos bancos comerciais, das Câmaras Municipais, das Câmaras de Comércio e de Turismo, das instituições do Ecossistema de Financiamento à economia e dos Ministérios dos sectores produtivos.

Período de Referência (01-01-2020 /31/12/2020)		
Eventos Relevantes	Número	Ilha
1. Visitas Técnicas	7	Santiago, S. vicente, S. Antão
2. Carta Manifestação de Interesse	7	Santiago, São Nicolau & São Vicente
3. Encontros Presenciais	23	Santiago- Sede da Pró- Capital - BAI CENTER
4. Video-Conferências/workshop	9	Santiago-Sede da Pró-Capital- BAI CENTER
5. Encontros Bancos Comerciais (BAI, IBB, BCA, BCN & CECV)	6	Santiago-Praia
6. Encontro Câmaras Municipais	12	Santiago, Fogo, São Nicolau & São Vicente
7. Encontro Câmaras de Comércio - CCB	1	São Vicente-Midelo

Importa realçar, contudo, que 25 dos 43 projetos que deram entrada em 2020, foram descontinuados por desistência dos promotores, ou por se revelarem inviáveis após análise técnica e financeira.

1.9. PARTICIPADAS

A Pró-Capital, SA, possui na sua carteira de participadas a 31 de dezembro de 2020 duas empresas:

1.9.1. AGRUPAMENTO COMPLEMENTAR DE EMPRESAS (ACE)

PRÓ-TÁXI, SA

Trata-se de um agrupamento de empresa com um Capital Social de CVE 11.000.000 (Onze Milhões de Escudos) com sede social na cidade da Praia e que tem como objeto social apoio às atividades dos agrupados industriais de táxis, e facilitar o desenvolvimento da sua atividade económica, nomeadamente no apoio à obtenção de crédito junto do banco para os membros de agrupamento.

A ACE Pró-Táxi aderiu ao regime moratório no âmbito do programa de mitigação dos efeitos da pandemia Covid-19 tendo também beneficiada, consequentemente, de uma prorrogação do prazo da participação da Pró-Capital, no Agrupamento

No âmbito das suas atividades de acompanhamento de participadas e considerando o contexto de pandemia e assim de redução da atividade de exploração dos táxis, a Pró-

Capital aprovou, um reforço de financiamento na modalidade suprimento no montante de CVE 2 200 000, a favor da ACE Pró-Táxi

1.9.2. HOTEL HAPPY DAY, SA

É uma empresa no sector hoteleiro, em fase de conclusão das obras de um Hotel com 32 quartos, situado na Cidade da Praia, Palmarejo Grande-Próximo da Escola de Hotelaria e Turismo.

A Pró-Capital, SA, adquiriu 21% do Capital Social da Sociedade Hotel Happy Day, por um montante total de CVE 20.000.000 (Vinte Milhões de Escudos Cabo-Verdianos âmbito do programa de mitigação dos efeitos do Covid 19 nas empresas locais.

1.9.3. SOL, MAR e VENTO

A Pró-Capital integrou o projeto de Parceria Público Privada com a Câmara Municipal de Ribeira Brava, Águas de Ponta Preta, Electric para produção de água dessalinizada mediante o equipamento da dessalinizadora de Preguiça com um sistema fotovoltaico representando um investimento de 43.000 contos.

1.10. GESTÃO DE RISCOS

O Principal risco a que a Sociedade se encontra exposta é o risco da variação no justo valor dos seus investimentos em participações financeiras e empréstimos. Este risco é gerido através de procedimentos de análise e aprovação de novas entradas no capital, e de procedimentos de acompanhamento frequente e regular da atividade das participadas.

A descrição pormenorizada do tratamento dos riscos, encontra-se no Anexo – Informação Relativa a Instrumentos Financeiros (Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à atividade da Sociedade).

1.11. ACORDOS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Foi assinado um Acordo de Financiamento no âmbito do financiamento Adicional do IDA/Banco Mundial, Ministério Finanças, para o Acesso ao Financiamento de Projetos de Micro, Pequenas e Médias Empresas, em que um subprograma de 3 milhões de USD (2.4 M de Escudos) será afeto à capitalização a Pró-Capital e assistência técnica (0.6M)

1.12. PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO DA PRÓ-CAPITAL

A Pró-Capital continuará a servir as empresas privadas Cabo-verdianas, apostando na estratégia de atuação em estreita articulação com as instituições do Ecossistema de Acesso ao Financiamento e demais parceiros nacionais e internacionais sem prejuízo de contactos diretos com empresas com potencial significativo de crescimento, nomeadamente as detidas por jovens e mulheres.

A Pró-Capital pretende reforçar a sua política de atração de investimentos da Diáspora, apresentando-se como um sócio institucional de referência para investimentos de emigrantes pela confiança e segurança no acompanhamento dos seus negócios no país e na diáspora.

1.13. EVENTOS SUBSEQUENTES

Foi assinado um Acordo de Financiamento no âmbito do financiamento Adicional do IDA/Banco Mundial, Ministério Finanças, para o Acesso ao Financiamento de Projetos de Micro, Pequenas e Médias Empresas, em que um subprograma de 3 milhões de USD para capitalização da Pró-Capital, sendo que 2.4 M de USD afeto às operações de investimento e 0.6M USD em assistência técnica em

A Pró-Capital encontra-se em negociações avançadas com parceiros internacionais de desenvolvimento para criação de fundos de investimento no âmbito do programa de mitigação dos efeitos Covid 19 e recuperação das PMEs

2. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

2.1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

QUADRO I: DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM ECV

	dez-20	dez 19 (6 meses)	Peso 2020	Peso 2019
Juros e rendimentos similares	2 758 305	208 868		
Juros e Rendimentos Créditos	1 155 976	29 690		
Juros dos Títulos de dívida	280 110	-		
Juros títulos dos outros residentes	875 866	29 690		
Juros das Aplicações	1 602 329	179 178		
Juros e encargos similares	233 451	124 350		
Juros Recurso IC's	233 451	124 350		
MARGEM FINANCEIRA	2 524 854	84 518	111,43%	52,69%
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-		
Rendimentos de serviços e comissões	-	-		
Encargos com serviços e comissões	29 258	33 800		
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-	-		
Resultados de alienação de outros activos	-	-		
Outros resultados de exploração	(229 649)	109 697		
Outros Proveitos de Exploração	552 263	120 028		
Outros Custos de Exploração	781 912	10 331		
MARGEM COMPLEMENTAR	(258 907)	75 897	-11,43%	47,31%
PRODUTO BANCÁRIO	2 265 947	160 415	100,00%	100,00%
Custos com pessoal	20 108 224	11 377 832	69,55%	71,08%
Gastos gerais administrativos	7 108 337	4 118 127	24,59%	25,73%
Amortizações do exercício	1 696 424	511 193	5,87%	3,19%
CUSTO DE ESTRUTURA	28 912 985	16 007 152	100,00%	100,00%
Provisões líquidas de reposições e anulações	-	-		
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	(26 647 038)	(15 846 737)		
Títulos Mercados Secundários/Dividendos				
Imposto Corrente Tributação Autónoma	105 508	-		
Correcções de impostos	45 916	-		
Diferidos	-	-		
RESULTADO APOS IMPOSTOS	(26 798 460)	(15 846 737)		

QUADRO II: BALANÇO EM ECV

ACTIVO	dez-20			dez-19 (6 Meses)	Peso	
	Activo Bruto	Provisões, imparidade e amortizações	Activo líquido		2020	2019
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	30 000	0	30 000	30 000	0,01%	0,02%
Disponibilidades em outras instituições	125 035 737	0	125 035 737	40 477 508	30,08%	28,78%
Outros activos financeiros ao justo valor	25 200 000	0	25 200 000	21 200 000	6,06%	15,06%
Aplicações em instituições de crédito	80 279 041	0	80 279 041	50 179 178	19,31%	35,66%
Activos financeiros disponíveis para venda	120 000 000	0	120 000 000	0	28,87%	
Empréstimo a Receber	46 543 536	0	46 543 536	21 278 600	11,20%	15,12%
Activos não correntes detidos para venda	0	0	0	0		
Outros activos tangíveis	7 597 321	-1 761 052	5 836 269	6 663 701	1,40%	4,75%
Activos intangíveis	1 046 505	-446 555	601 950	703 013	0,14%	0,50%
Investimentos em filiais, associadas e empr.	0	0	0	0		
Activos por impostos correntes	0	0	0	172 315		0,12%
Activos por impostos diferidos	0	0	0	0		
Outros activos	12 200 000	0	12 200 000	0	2,93%	
Total do Activo	417 934 140	-2 207 617	415 726 523	140 724 405	100%	100%
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO						
Recursos de outras instituições de crédito			3 362 815	4 596 885	0,81%	3,25%
Recursos de clientes e outros empréstimos			0	0		
Passivos Subordinados			0	0		
Provisões			0	0		
Passivos por impostos correntes			105 506	0	0,03%	
Passivos por impostos diferidos			0	0		
Outros passivos			3 249 061	3 180 435	0,78%	2,26%
Total do Passivo			6 737 382	7 747 320	1,62%	5,51%
Capital			331 634 338	148 823 822	79,77%	105,76%
Prémios de emissão			0	0		
Reservas de reavaliação			0	0		
Outras reservas			0	0		
resultados Transitados			-15 846 737	0	-3,81%	
Outros instrumentos de capital			120 000 000	0	28,67%	
Resultados transitados ajustamentos			0	0		
Resultado do exercício			-26 798 400	-15 846 737	-6,45%	-11,26%
Total do Capital próprio			400 989 141	132 977 085	98,38%	94,49%
Total do Passivo e do Capital Próprio			415 726 523	140 724 405	100%	100%

Com referência a 31 de dezembro de 2020, a Pró-Capital registou um resultado líquido negativo de CVE 26.798.460 (vinte e seis milhões, setecentos e noventa e oito mil, quatrocentos e sessenta escudos).

O resultado líquido negativo nesta fase de investimento, deriva essencialmente do efeito volume e preço resultante da capitalização parcial da Pró-Capital, com impacto direto no volume de recursos disponíveis para aplicações financeiras, num contexto de baixa generalizada das taxas de juros nos últimos dois anos. As condições de exploração da Pró-Capital agravaram-se em resultado das medidas do Banco de Cabo Verde de afrouxamento da política monetária para mitigar os efeitos da Covid-19 o que culminou com uma redução acentuada das taxas de juro de referência, conforme comunicado de 26 de março de 2020, que fixou a taxa diretora em 0,25%, a taxa de facilidade permanente

de cedência de liquidez em 0.50%, a taxa da absorção de liquidez em 0.05% e a taxa de desconto em 1%.

Neste ambiente de negócios, a Administração da Pró-Capital, no ano de 2020, continuou a diversificar as suas aplicações financeiras na busca da melhor rendibilidade dos seus recursos com aplicações financeiras à melhor taxa do mercado, em depósitos a prazo, obrigações do tesouro e de empresas privadas.

De referir que comparativamente ao exercício de 2019, a Pró-Capital procedeu em 2020, à primeira aplicação em obrigações do tesouro num montante total de CVE 25.000.000 que corresponde a 19,8% das aplicações financeiras de 2020.

A Margem financeira no montante de CVE 2.524.854 é referente aos rendimentos provenientes dos juros das aplicações financeiras. De sublinhar que comparativamente aos 6 meses de atividades em 2019 esta rubrica registou um aumento de CVE 2.440.336, conjugado essencialmente pelo efeito volume com um aumento das aplicações financeiras em 2020 em mais CVE 55.000.000 distribuídos em Obrigações (+25.000.000) e Depósitos a Prazo (+30.000.000). Com efeito, comparativamente a 2019, as aplicações financeiras aumentaram em 77%, passando de um montante de CVE 71.249.000 para CVE 126.249.000.

DISPONIBILIDADE DE FUNDOS	VALOR 2020	VALOR 2019
OBRIGAÇÕES E DEPÓSITOS A PRAZO		
Obrigações a 6 anos	21 249 000	21 249 000
OT - Obrigações de Tesouro a 2 anos	25 000 000	0
Total Obrigações	46 249 000	21 249 000
Depósito a Prazo a 360 dias	30 000 000	20 000 000
Depósito a Prazo a 2 anos	50 000 000	30 000 000
Total Depósitos a Prazo	80 000 000	50 000 000
Total Obrigações e Depósito a Prazo	126 249 000	71 249 000
DEPÓSITO A ORDEM		
Total Depósito a Ordem	125 035 737	40 477 508
TOTAL DISPONIBILIDADES	251 284 737	111 726 508

A Margem complementar registada em 2020 reflete o aumento dos encargos financeiros associado as operações financeiras bem como demais despesas.

O Produto bancário em 2020 é de CVE 2.265.947, refletindo essencialmente o aumento do peso das aplicações financeiras nas disponibilidades totais.

De realçar que a rubrica Gastos com Pessoal representa em 31 de dezembro de 2020, 70% dos Custos de Estrutura, num total de CVE 28.912.985, muito inferior aos custos verificados nos últimos anos na empresa nacional de referência para o mercado de capital de risco

O Ativo líquido é de CVE 415.726.523 com referência a 31 de dezembro de 2020 de que se destaca:

- O aumento das disponibilidades em CVE 84.558.229, 209% decorrente de juros de depósito a prazo, recursos libertados para capitalização da Pró-Capital recebimentos clientes da SDE;
- O aumento das aplicações financeiras em 55.364.709, 77%, com a constituição de novos depósitos a prazo e subscrição de obrigações;
- Transferência de 120 ações de A Promotora, pelo Estado de Cabo Verde, a favor da Pró-Capital no montante de CVE 120.000.000;
- Aprovação de suprimentos às participadas, Pró Táxi e Happy Day no montante total de CVE 12.200.000.

As aplicações financeiras e as disponibilidades, as duas rubricas com maior peso no ativo líquido, representam 31% e 30% do total do Ativo líquido, respetivamente.

O total do Passivo, de CVE 6.737.382, representa 1% do ativo líquido em 31/12/2020.

A rubrica do capital social teve uma variação positiva de CVE 182.810.516, em resultado de:

- Capitalização da Pró-Capital com recebimento do depósito a prazo da SDE, no montante de CVE 26.221.726 em conformidade com a Deliberação Unânime do Acionista Estado de 10 de outubro de 2019 que transfere com a liquidação da SDE, os seus Ativos e Passivos para a Pró Capital;
- Capitalização pelo acionista Estado de Cabo Verde, no montante de CVE 156.000.000 conforme verba inscrita no OGE 2019;
- Capitalização com os reembolsos de clientes da SDE, no montante de CVE 639.776.

De sublinhar que o Capital Social realizado a 31 de dezembro de 2020 é de CVE 331.634.338, estando por realizar CVE 219.365.662, ou seja, 40% do capital estatutário de CVE 551.000.000.



Perspetivas para o ano de 2021:

- Com a transferência para a Pró-Capital das ações do Estado de Cabo Verde na A Promotora e o processo em curso de venda de ativos da Promotora perspectiva-se um encaixe financeiro equivalente ao montante nominal das ações em carteira;
- Desembolso pelo Estado do montante inscrito no OGE 2021 de CVE 125.000.000 como 3ª tranche capitalização da Pró-Capital,
- Desembolso do montante de 3 Milhões euros do financiamento do Banco Mundial;
- Criação e operacionalização do Fundo de Impacto em 2021, com o engajamento do Banco Mundial e do USA ID Trade Hub, para mitigar os efeitos do Covid-19, na fase de retoma económica pós-Covid-19.

2.2. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Considerando que:

No Ano de 2020, segundo ano de atividades da Pró-Capital, foi apurado um resultado líquido negativo de CVE 26.798.460.

O Conselho de Administração da Pró-Capital, nos termos e para os efeitos da alínea J) do nº 3 ao artigo 72 do Decreto legislativo nº 2/2019 que aprovou o código das Sociedades Comerciais, e do Artigo 12, nº 3, alínea a) dos seus estatutos propõe que o resultado obtido no exercício de 2020, seja levado a Resultados Transitados.

3. NOTA FINAL

O Conselho de Administração exprime os seus agradecimentos a todas as entidades que vem contribuindo para a afirmação da empresa no mercado nacional, em particular, os seus parceiros, clientes, Órgãos Sociais e os colaboradores pelos seus engajamentos firmes.

Uma nota de agradecimentos especial aos colaboradores do Banco de Cabo Verde e aos Auditores Externos.

O Conselho de Administração

Presidente
Administrador
Administrador
O Técnico Oficial Contas
Maria Idalsisa Martins

